

Marco Antonio Sousa de Abreu Teixeira

A Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial

Rio de Janeiro
2002

Marco Antonio Sousa de Abreu Teixeira

Marco Antonio Sousa de Abreu Teixeira

A Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

MARCO ANTONIO SOUSA DE ABREU TEIXEIRA

Monografia apresentada à Escola de
Educação da Universidade do Rio de
Janeiro (UNIRIO) para obtenção do
grau de licenciamento em Pedagogia

Professor Orientador: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Rio de Janeiro
2002

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

REITOR: PIETRO NOVELLINO
DECANA: MARIA JOSÉ MESQUITA CAVALLEIRO DE MACEDO WEHLING
DIRETOR: LUIZ EDUARDO MARQUES DA SILVA
CHEFE DO DEPARTAMENTO: MARIA AMÉLIA DE SOUZA REIS
PROFESSORA: GUARACIRA GOUVÊA DE SOUSA

TEIXEIRA, Marco Antonio Sousa de Abreu. **A Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial**. 2002. 56 f. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2002.

Teixeira, Marco Antonio Sousa de Abreu
A Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial.
– 2002. 56 f.

Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) –
Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro,
2002.

I. Educação I. Título

CDD 372.2
CDU 372

Dedicatória

Dedico esta monografia a minha esposa Renata, mulher guerreira, maravilhosa, altiva, de nobre caráter, que modificou, com a sua simplicidade e aguda inteligência, para melhor, o rumo da minha vida, já que sempre estive e está ao meu lado nos momentos mais difíceis e que, com o seu belo sorriso persuasivo, arranca forças do meu interior para que passemos juntos, unidos, pela tortuosa estrada da vida.

Agradecimentos

Muitas pessoas foram importantes para o desenvolvimento e conclusão desta monografia, sendo para mim impossível deixar de agradecê-las.

Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora Angela Martins, não só por me auxiliar neste trabalho, mas principalmente pelo exemplo de profissional que sem dúvida alguma ela demonstra ser, transbordante de ética e paixão a serviço da nossa profissão, dignificando uma atividade tão vilipendiada como a nossa.

Agradeço também aos meus pais, por me darem guarida em difíceis situações.

Às minhas avós, Arlete e Maria, pela preocupação e carinho que sempre tiveram comigo.

À minha querida e inesquecível tia e madrinha Maria Helena, mulher que sempre ocupará um lugar especial em meu coração.

Ao meu tio Edison, grande professor, bom papo, homem culto, que apesar das tormentas da vida, consegue achar tempo para preocupar-se com o seu sobrinho e seu desenvolvimento intelectual.

Enfim, agradeço a todos, professores, colegas e funcionários, que contribuíram, sem dúvida, para a minha formação.

“Que ser aqui embaixo, exceto o homem, sabe observar os outros, medir, calcular, prever seus movimentos, seus efeitos, e unir, por assim dizer, o sentimento da existência comum ao de sua existência individual?... Mostrem-me outro animal sobre a terra que saiba fazer uso do fogo e admirar o Sol... Eu posso observar, conhecer os seres e suas relações, posso sentir o que é a ordem, a beleza, a virtude; posso contemplar o Universo e elevar-me até a mão que o governa; posso amar o bem e fazê-lo; e me compararia com os animais?... que coisa maior poderia eleger do que ser homem?”

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

A instrução é o espelho de um povo. A educação brasileira já nasceu internacionalizada, pois representou a fusão de três continentes, de três cores, de três culturas, de três mundos distintos: a América, a Europa e a África; o vermelho, o branco e o negro; a cultura indígena, a européia e a africana.

Desta fusão floresceu um povo guerreiro, espirituoso, inculto e singular. Um povo que mesmo excluído das benesses educacionais, é portador de culturas admiráveis, onde o improvisado, a sensibilidade aguçada e a criatividade sobressaem-se às dificuldades impostas por algumas mentes egoístas e doentes.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
1. A EDUCAÇÃO JESUÍTA 11	
1.1. OS JESUÍTAS NO BRASIL	11
1.2. PADRE ANTONIO VIEIRA	12
1.3. MÉTODOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS.....	15
1.4. A CRIAÇÃO DOS SEMINÁRIOS.....	16
1.5. MATÉRIAS DE ENSINO NOS SEMINÁRIOS:.....	17
1.6. EXAMES PARA FORMAÇÃO DE PADRES:.....	18
2. AS REFORMAS EDUCACIONAIS 19	
2.1. A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO	19
2.2. A QUESTÃO DA EXCLUSÃO	20
2.3. A POLÍTICA EDUCACIONAL	21
3. A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO 22	
3.1. MÉTODO LANCASTERIANO	23
3.2A EDUCAÇÃO NO PERÍODO REGENCIAL.....	25
4. A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL 28	
4.1. A ESCOLA NORMAL DE NIITERÓI.....	29
4.2. A CRIAÇÃO DE LICEUS.....	30
5. A EDUCAÇÃO NO SEGUNDO REINADO 32	
5.1. AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA EDUCAÇÃO	33
5.2. O REGULAMENTO DA 1854 E SEUS APERFEIÇOAMENTOS	34
5.3. A BUROCRACIA PARA SE ABRIR UMA ESCOLA PARTICULAR	37
5.4. BREVE PAINEL DAS ESCOLAS NO SEGUNDO REINADO.....	37
5.5. O REGULAMENTO DAS ESCOLAS MISTAS	39
5.6. O FIM DO IMPÉRIO.....	41
CONCLUSÃO.....	44
ANEXOS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo descrever de uma forma clara e objetiva o princípio da institucionalização educacional no país, cujo enfoque principia na chegada dos primeiros jesuítas e termina ao final do Segundo Reinado Brasileiro.

Nossa intenção é retratar os possíveis objetivos, perspectivas e resultados que a Coroa Portuguesa esperava que os jesuítas alicerçassem na nova Colônia, pois entendemos que só desta maneira, indo ao princípio da colonização e conseqüentemente da institucionalização dos saberes portugueses, é que poderemos compreender possíveis vícios e sofridas reminiscências guardados ao “fundo da caixa de Pandora”. (Larousse, 1998.)

Abordaremos também o empenho, o desempenho e as interferências políticas que moviam a política educacional dos nossos imperadores; além de tentarmos demonstrar o quanto toda esta herança interferiu nos rumos educacionais e no próprio desenvolvimento do país.

Para a realização deste projeto, descreveremos o que poderíamos chamar hoje de ensino fundamental e secundário durante o período histórico enfocado, pois percebemos que talvez seja possível, através daquele projeto educacional implementado no país e dos seus métodos de aplicação, elucidar as muitas reações, crenças, certezas, fobias e valores que a sociedade absorvia e enraizava nas famílias, vilas e cidades.

Para a Metrópole Portuguesa, o total domínio cultural era o objetivo. Nesta direção o nosso trabalho se desenvolve, pois entendemos que no decorrer da História Brasileira, coube à Metrópole desqualificar e subjugar quaisquer outras culturas distintas da oficial, interferindo, definitivamente, no rumo da população colonial.

1. A Educação Jesuíta

Para o sistema educacional brasileiro ser compreendido, e, conseqüentemente, os hábitos, reações, costumes e crenças da sociedade nacional entendidos, torna-se, em nossa opinião, fundamental uma viagem às primeiras estruturas, métodos e objetivos desenvolvidos pelos jesuítas na então colônia portuguesa, pois sabemos e sentimos a enorme influência dos padres em toda a curta História Brasileira.

Com este pensamento, achamos procedente voltarmos ao passado, onde fortes alicerces sociais e educacionais foram forjados, constituídos e desenvolvidos, influenciando decisivamente no rumo da incipiente sociedade nacional.

1.1. Os Jesuítas no Brasil

Talvez seja possível que ainda hoje sintamos a herança jesuíta em nossa sociedade. Muitas das suas idéias, métodos e crenças talvez estejam enraizadas em nossos costumes, de tal modo que não podemos negar a importância e nem mesmo o êxito (no sentido do seu objetivo) daquele sistema social.

O estabelecimento dos primeiros jesuítas no país foi fundamental para o início de um projeto escolar aqui no Brasil. A Companhia de Jesus praticamente monopolizou por mais de dois séculos a educação colonial, tempo suficiente para criar uma alma nacional: a alma brasileira.

“Igreja e Escola aparecem na vida colonial tão irmanadas, que não há aldeia de índios, nem vila ou cidade, no raio da ação missionária, em que, ao lado do templo católico, não se encontre uma escola de ler e escrever para meninos.” (Souza, 1997. P.219)

Além dos colégios jesuítas, existiam as escolas vinculadas às ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, estes, em bem menor presença que os jesuítas.

Os padres jesuítas não tinham somente como tarefa na Colônia o desenvolvimento e a implementação de um projeto educacional, pois muitos deles se dedicavam às atividades comerciais. Além de escolas, eles construíam engenhos, organizavam fazendas, desenvolviam culturas, contando, é claro, para isto, com a importante colaboração e trabalho dos índios já instruídos.

1.2. Padre Antonio Vieira

A influência dos jesuítas e sua diretriz educacional podem ser entendidas a partir do pensamento do padre Antônio Vieira. Este influente jesuíta, que pregava que “a maior gula da natureza humana era o desejo de saber” foi também destacado poeta. A seguir, apresentaremos um dos seus poemas mais famosos, que, entre outras intenções, exaltava a chegada dos novos valores :

A Santa Inês na vinda de sua imagem

Cordeirinha linda,
Como folga o povo,
Porque vossa vinda
Lhe dá lume novo.

Cordeirinha santa,
De Jesus querida,
Vossa santa vida
O Diabo espanta.
Por isso vos canta
Com prazer vossa vinda
Lhe dá lume novo.

Nossa culpa escura
Fugirá depressa,
Pois vossa cabeça
Vem com luz tão pura.
Vossa formosura
Honra é do povo,
Porque vossa vinda
Lhe dá lume novo.

Virginal cabeça,
Pela fé cortada,
Com vossa chegada
Já ninguém pereça;
Vinde mui depressa
Ajudar o povo,
Pois com vossa vinda
Lhe dais lume novo.

Vós sois cordeirinha
De Jesus Feroso;
Já vos fez Rainha.
Também, padeirinha
Sois do vosso povo,
Pois com vossa vinda,
Lhe dais trigo novo.

Não é de Alentejo
Este vosso trigo,
Mas Jesus amigo
É vosso desejo.
Morro, porque vejo

Que este nosso povo
Não anda faminto
Deste trigo novo.

Santa Padeirinha,
Morta com cutelo,
Sem nenhum farelo
É vossa farinha.
Ela é mezinha
Com que sara o povo
Que com vossa vinda
Terá trigo novo.

O pão, que amassastes
Dentro em vosso peito,
É o amor perfeito
Com que Deus amastes.
Deste vos fartastes,
Deste dais ao povo,
Por que deixa o velho
Pelo trigo novo.

Não se vende em praça
Este pão da vida,
Porque é comida
Que se dá de graça.
Oh preciosa massa!
Oh que pão tão novo,
Que com vossa vinda
Quer Deus dar ao povo!

Oh que doce bolo

Que se chama graça!
Quem sem ela passa
É mui grande tolo
Homem sem miolo
Qualquer deste povo
Que não é faminto
Deste pão tão novo.

(Rebelo, 1967. P.345)

1.3. Métodos Administrativos e Pedagógicos

A administração do sistema escolar, feita pelos jesuítas na Colônia Portuguesa, apresentava como diretrizes pedagógicas as prescrições ortodoxas da “Ratio Studiorum”, catecismo pedagógico, onde, superada a fase antiga dos castigos e da chibata, aconselhavam-se a emulação, as disputas intelectuais e as tertúlias. (Tobias, 1986.)

Doutrinar, ensinar-lhes as orações, o temor e o amor a Deus; estas eram as regras educacionais básicas, no que poderíamos identificar analogamente como diretrizes do Ensino Fundamental no Brasil Colônia. Era legado às escolas, que não eram muitas, uma ordem marcada pela vigilância mental, além de uma clara discriminação e opressão para com as mulheres(praticamente, em sua totalidade, analfabetas).

Os homens, no início, eram basicamente ensinados a ler, a escrever e a contar. Às mulheres coser, lavar, fazer rendas e desenvolver todos os importantes ofícios femininos, preponderantes para a moral feminina de então.

A espontaneidade intelectual dos alunos nos colégios jesuítas era completamente sufocada pelo ensino uniformizador dos padres, já que estes objetivavam uma mente reprodutivista, doutrinada e realizadora das suas obrigações, pois lembremos que para a Metrópole era interessante que o habitante da Colônia fosse apto para a produção e para a extração de riquezas, não interessando obviamente ao colonizador que a população

desenvolvesse algumas de suas capacidades, tais como originalidade, discernimento, criatividade ou criticidade:-

Esse sistema educacional se utilizava de um forte aparato coercitivo, sendo talvez a palmatória o símbolo maior da repressão escolar, cujo o intuito talvez fosse o de inculcar, nas mentes dos alunos, principalmente obediência. Nesta realidade educacional, era cultivado nos colégios um pretense saber, sendo propostas tarefas instrutivas cujo sentido basicamente restringia-se à reprodução e memorização do ensinado.

1.4. A Criação dos Seminários

No fim do século XVII, os seminários (ensino secundário ortodoxo) são constituídos em várias localidades do país, marcando definitivamente a elitização do ensino jesuíta em praticamente todas províncias brasileiras.

Os habitantes que podiam frequentar os seminários já situavam-se como elite intelectual da colônia. O Império Português, é claro, adotava a perspectiva da educação reprodutivista, voltada para a perpetuação da ordem patriarcal, estatal e colonial.

Embora nos colégios jesuítas houvessem cursos que pudessem ser considerados de nível superior, o rei português não reconhecia de maneira alguma esta capacidade, negando-se a conceder os graus e os privilégios que colégios e alunos poderiam ou deveriam ter direito. Talvez fizesse isto com a intenção de manter a dependência, o orgulho e a saudade da população (a nova elite tupiniquim) em relação à Metrópole, já que Portugal dispunha (e esta elite usufruía) da Universidade de Coimbra, não havendo, portanto, interesse que uma parcela maior da população pudesse usufruir deste privilégio.

Estado e Igreja planejavam juntos o sistema escolar, dando ênfase a uma ação eloquente, retórica e imitativa por parte dos alunos, pois repetimos, achamos que talvez fossem estas as principais diretrizes do sistema educacional implementado no Brasil Colônia .

1.5. *Matérias de Ensino nos Seminários:*

Sobre as matérias de ensino, apresentamos uma lista comparativa dos estudos destes estabelecimentos, em quatro importantes províncias:

BAHIA	PERNAMBUCO	MARANHÃO	PARÁ
S. Vicente de Paulo			
Primeiras Letras	-----	-----	-----
Grego	-----	-----	-----
Filosofia	-----	Filosofia	Filosofia
Latim	-----	-----	Latim
Retórica	-----	-----	Retórica e Poética
Geografia	-----	Geografia	-----
Francês	-----	-----	Francês
Inglês	-----	Inglês	-----
Geometria	-----	-----	-----
S. Arquiepiscopal			
História Eclesiástica	His Eclesiástica	-----	-----
Dogma	Teo. dogmática	-----	-----
Direito natural	-----	-----	-----
Direito eclesiástico	-----	-----	-----
Teologia moral	Teo. moral	Teologia moral	Teologia moral
Eloquência Sagrada	-----	-----	-----
Liturgia	-----	-----	-----
Canto Eclesiástico	Canto Chão	-----	Música vocal e instrumental

Os preparatórios para o estudo das matérias teológicas eram na Bahia : Latim, Francês, Filosofia e Retórica; nos outros seminários dispensava-se o Francês, e exigia-se Filosofia moral.

Variavam também os exames para o recebimento das ordens em outras províncias, ainda que em Pernambuco, Maranhão e Pará fossem bastantes similares.

A seguir apresentamos a comparação das disciplina em três diferentes províncias:

1.6. Exames para formação de padres:

MARANHÃO	PERNAMBUCO	BAHIA
Ordens Menores	Ordens Menores	ano 1- Hist.Sagrada e Eclesiástica
Latim	Latim	
Doutrina	Doutrina	
Sub.diacono	Sub.diacono	ano 2- Dogma/ Direito natural
Retórica	Retórica	
Diacono	-----	
-----	História Sagrada	ano 3- Direito Eclesiás./Teol.moral
Filos.racional e moral	Fil.rac.e moral	
Canto Eclesiástico	Canto Eclesiást.	
Presbítero	-----	ano 4- Eloquência Sagrada
Teologia moral	Teologia moral	Teologia moral
Teologia dogmática	Teol. dogmática	
Hist.Sagrada e Eclesiástica	Hist.Eclesiástica	

2. As Reformas Educacionais

Com Pombal, iniciou-se uma fase de reformas educacionais. Os jesuítas foram expulsos no ano de 1759. Com as reformas, foram fechados vários colégios, com o Estado assumindo diretamente a responsabilidade sobre a instrução escolar, cobrando, por conta disto um imposto, o subsídio literário, e introduzindo concomitantemente no país o método das aulas régias.

O governo, além disso, tomou uma série de medidas políticas e educacionais, com o intuito principalmente de dinamizar a produção de matérias-primas na Colônia em benefício da Metrópole. Entre as medidas, podemos destacar o apoio à criação de escolas e aulas voltadas para estudos práticos e científicos. Para reforçar ainda mais os elos com a Metrópole, a Coroa incentivava e, muitas vezes, contribuía com a ida de brasileiros à Universidade de Coimbra.

A instrução escolar ainda permanecia prisioneira da orientação religiosa e baseava-se na repetição, sendo de algum modo contrária, por mais paradoxal que seja, ao espírito científico efervescente da época, uma das principais justificativas da mudança do sistema educacional

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro impulsionou a nova visão educacional no já então Reino-Unido, pavimentando a abertura do mercado escolar.

2.1. A Organização do Ensino

O ensino, do nível elementar ao secundário, passou a ser ministrado sob o formato de aulas avulsas, alterando o monopólio pedagógico então existente. Como consequência da falta de planejamento, faltavam professores e livros, fragilizando a nova metodologia. Os recursos orçamentários eram insuficientes para custear a educação pública, havendo inclusive atrasos nos salários dos mestres.

Era prioridade na organização metodológica das disciplinas do ensino secundário a repetição oral e escrita dos textos clássicos gregos e latinos, havendo uma grande valorização na retórica e da eloquência no falar, pois lembramos, formavam-se “Doutores”. A instrução subordinava-se ao poder econômico e à civilidade das aparências, constituindo-se, desta maneira, numa espécie de ornamento (barreira) a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados na pirâmide social .

Em 1818, quando as reformas já estavam sedimentadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar era atingida nas aulas régias em São Paulo, situação em que devia ser similar em todo o Brasil . Por isso, os pais que desejassem instruir seus filhos, tinham eles próprios que o fazer ou contratar professores particulares .

A Coroa, em muitas ocasiões, chegava mesmo a delegar aos pais a responsabilidade pelo pagamento dos mestres, evidenciando como a educação, tornada pública por lei, estava em grande parte privatizada.

A escolarização da Colônia processava-se, assim, em grande parte, no âmbito do privado, o que demonstrava o vazio da escola pública e popular, inexistente ou escassa, em todo o país. Nessa situação, alargava-se o campo educacional, mas se empobrecia a instrução pública escolar.

Em compensação, a língua portuguesa avançava e definitivamente estabelecia-se como língua oficial do país, fazendo crescer, entre a população, um sentimento de brasilidade muito pouco sentido até então.

2.2. A Questão da Exclusão

Uma questão interessante era como se dosava o saber que devia ser distribuído pelas várias camadas da população. Os escravos não eram considerados pessoas, mas coisas, objetos. Havia uma grande massa de homens livres e pobres que, por não possuírem nenhum bem além de sua liberdade e força de trabalho, eram destituídos de vários direitos, inclusive do voto (na prática, apesar de não-oficialmente, também da instrução pública).

Outro exemplo de como funcionavam os mecanismos de exclusão do saber pode ser percebido em relação às mulheres. Não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas, no entanto, a discriminação se operava através da redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. As meninas aprendiam a ler, escrever e a fazer as quatro operações, além de coser e bordar e os demais misteres próprios da educação doméstica.

O sistema de instrução no Brasil caracterizava-se pela exclusão, sendo contemplados somente os segmentos minoritários da população. Eram proibidos por lei de frequentar as escolas públicas aqueles que padeciam de moléstias contagiosas, os escravos e os negros, libertos ou livres.

2.3. A Política Educacional

A educação sempre ocupou um lugar específico, importante, no projeto político encampado pelo Império Luso no Brasil. A organização do domínio ideológico senhorial, provincial e mandatário, continuava preponderante no encaminhamento das escolhas e adaptações dos modelos educativos que eram implementados.

Assim sendo, podemos definir que a instrução primária continuava servindo principalmente como o canal civilizador da população. A instrução secundária se destinava a formar a elite, aquela parcela do povo que, inserida nos valores de liberdade e propriedade, seria encaminhada a gozar dos privilégios do pequeno círculo de cidadãos que participava do exercício governamental, tanto no nível local como geral do Império.

O ensino secundário era concebido para a preparação da elite nacional. Os alunos dessas instituições eram considerados indivíduos afortunados, que podiam dedicar-se ao desenvolvimento de talentos e aptidões não ordinárias.

As escolas elementares eram em números reduzidos, como limitado eram os seus objetivos, seus conteúdos e sua metodologia. Elas enfrentavam sérias dificuldades, pois era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havendo também uma completa falta de amparo profissional, fazendo da profissão de professor algo desinteressante e pouco importante.

3. A Educação no Brasil Império

O projeto educacional ficou relegado a um nível secundário, sem qualquer diretriz oficial da Constituinte. O único dispositivo legal para a instrução primária foi uma lei que ampliava as possibilidades da educação privada. A lei permitia a todo cidadão abrir escola elementar, sem os trâmites legais de autorização prévia e sem licença e exame do requerente.

Pedro I , em relação à educação, destacou-se pouco. Pode ser citado como o fundador do Colégio das Educandas, uma escola fundada com a finalidade de ministrar instrução para moças, cuja direção e administração fora confiada ao bispo do Rio de Janeiro.

A liberdade escolar particular, desobrigava também o emprego de complexos e custosos artificios regulamentares que inibiam as antigas iniciativas de educação privada, centralizadas em autorizações, favorecimentos e exclusões que a tradição colonial sempre procurou manter.

A constituinte de 1823 produziu mais discursos patrióticos do que diretrizes para a educação nacional. A educação básica ficou absolutamente relegada à iniciativa privada até o ato adicional de 1834 , sendo a criação de universidades o principal motivo de discussões entre os deputados provinciais.

Em 1835 (Niterói), 1836 (Bahia), 1845 (Ceará) e 1846 (São Paulo) são criadas as primeiras escolas normais visando uma melhora no preparo do pessoal docente. “Eram escolas de no máximo dois anos e em nível secundário”. (Ribeiro, 1998.)

Faltava um decisivo passo para a melhora no ensino em todo o império, ocasionado pela inexistência de uma política integrada entre o poder central com as províncias. Também não havia um plano nacional de fiscalização das escolas primárias e secundárias, com vistas a um aprimoramento de objetivos, conteúdos e métodos e, conseqüentemente, uma melhora na qualidade das instituições.

“Na tentativa de imprimir alguma organicidade, foram criados liceus provinciais que, na prática, não passaram de reuniões de aulas avulsas num mesmo prédio. Nesta metodologia, foi criado, em 1825, o Ateneu do Rio Grande do Norte; em 1836, os Liceus da Bahia e da Paraíba; e, em 1837, o Colégio Pedro II, na Corte. Este colégio estava destinado a servir de padrão de ensino as demais instituições de ensino.” (Ribeiro, 1998,p.50.)

3.1. Método Lancasteriano

Um projeto, transformado em lei a 15 de outubro de 1827, determinava que em todas cidades, vilas e lugares mais populosos devia haver escolas de ensino elementar. Nelas, os professores obrigatoriamente ensinariam a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, práticas de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica.

O Imperador decretava a criação da escola de Ensino Mútuo, no qual era adotado o método Lancasteriano de ensino. O método Lancasteriano de ensino disseminara-se como um novo e revolucionário método de multiplicar a difusão da instrução, espalhando-se em alguns países europeus como meio mais rápido e eficaz de estender a educação gratuita, associando ao método a idéia de que fora um dos fatores de sucesso do capitalismo inglês.

O sistema de ensino mútuo, desenvolvido por Joseph Lancaster, era conhecido na Europa desde o século XVI, inclusive sendo recomendado por Erasmo de Rotterdam, autor de importantes obras, como “O Elogio da Loucura”.

Por um decreto, o governo brasileiro criava uma Escola de Ensino Mútuo para ser instalada no Rio de Janeiro. Para propagar este sistema de instrução, uma ordem ministerial exigia de cada província do império o envio de um soldado da sua província, que seria

mandado a esta escola, cabendo a ele seguir as lições desta escola, a fim de aprender o método, para, em seguida, retornar e propagá-lo na província de origem.

Sobre o método Lancasteriano, podemos sustentar que não era o seu potencial de instruir bem o que mobilizava os nossos dirigentes, mas o seu potencial disciplinador. Este método procurava desenvolver principalmente os hábitos disciplinadores de hierarquia e ordem.

Uma lei de 15 de outubro de 1827 ordenou o estabelecimento, em número suficiente, de escolas elementares em todas as cidades, e, principalmente em lugares populosos, procurando estabelecer como padrão de ensino o método Lancasteriano.

O plano imaginado consistia em criar uma escola de ensino mútuo em cada província e, para isso, cada uma delas deveria enviar um soldado que aprenderia o método na capital e, voltaria como mestre e propagador do mesmo na província de origem.

A introdução do sistema de ensino mútuo no país foi sem dúvida a principal iniciativa do Império Brasileiro na tentativa de popularizar o sistema de instrução no país, pois era enorme a carência de professores, livros e estruturas no sistema educacional vigente. Em contrapartida, era mínimo os recursos necessários para a implementação deste modelo educacional.

Esta preferência do Império Brasileiro pelo método de ensino mútuo, pode ser facilmente compreendida, pois por este sistema, centenas de crianças podiam receber a instrução primária suficiente aos interesses do império, sem que houvesse necessidade de mais que dois ou três professores.

Outra vantagem deste ensino, na visão do Império, era exercitar a sociabilidade dos alunos (generalizar/uniformizar a classe estudantil), contando com um número restrito de professores(menor custo). Apresentava ainda a vantagem de fazer com que nenhuma criança ficasse “desocupada” (pensando) durante as aulas, o que era muito frequente no método anterior.

Os alunos de toda uma escola se dividiam em grupos que ficavam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruíam seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares eram denominados monitores. Além dos monitores, havia na classe escolar outro funcionário importante, o inspetor, que se encarregava, basicamente de vigiar os monitores e de apontar ao professor os que deviam ser premiados ou corrigidos.

Durante as horas de aula, o papel do professor (formado pelo método Lancasteriano) limitava-se, na instituição, à supervisão ativa dos alunos, tendo à sua frente um monitor, aluno mais avançado, que ficava dirigindo as atividades. Fora destas horas, os monitores recebiam, diretamente dos professores, uma instrução mais completa, e não era raro adquirirem a instrução primária superior.

A aprendizagem e a qualificação dos professores devia ser feita na capital da província e esses professores seriam admitidos, mediante exame, em caráter vitalício. Teriam direito a uma gratificação não superior a um terço do ordenado, após doze anos de regular exercício. Em cada capital uma escola de ensino mútuo seria aberta e também onde fosse possível, dado o número de alunos e prédios escolares. Mestras de meninas onde fosse necessário, para escolas femininas, com a fiscalização a cargo dos presidentes das câmaras em conselho.

Um severo sistema de castigo e prêmios mantinha a disciplina entre os alunos. O mestre vigiava e intervinha em caso de dificuldades, dando lições somente aos monitores.

Na prática escolar, a palmatória foi o castigo mais aplicado até o século XX. Na lei, ficou estabelecido que os castigos aceitos seriam os praticados pelo método lancasteriano.

3.2A Educação no Período Regencial

Após a abdicação de D. Pedro I (7/4/1831) é decretado o Ato Adicional à Constituição (1834), dando maior autonomia às províncias. Diz em seu art.10 :

“Compete às mesmas Assembléias (Legislativas Provinciais) legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la”.

Pelo art.83 da Constituição de 1824, ficava vedado às Assembléias Provinciais a proposição e deliberação sobre assuntos de interesse geral da nação. A lei parecia indicar que a instrução, em seus níveis elementar e secundário, não era considerada como um assunto de interesse geral da nação.

Com a promulgação do Ato Adicional, os poderes gerais abandonaram às províncias não somente o ensino elementar, como também o secundário. Pode-se afirmar que, se ao lado das escolas e institutos provinciais, o Estado Imperial criasse os seus colégios, investisse em educação pública de qualidade, muito diversa seria hoje as condições da instrução pública e do próprio país.

Vários Ministros de Estado, preocupados com a situação precária da instrução nas províncias, manifestavam sua desaprovação a esse tipo de descentralização e reclamavam maior atuação do Governo Central nesse domínio. No relatório de um Ministro do Império do ano de 1866, ele criticava a descentralização educacional determinada pelo Ato :

“O atraso em que se acha a instrução popular em todo o Império, sem excetuar a grande capital, não pode deixar de atrair a séria atenção dos poderes de Estado. Em consequência do Ato Adicional, a instrução elementar tem sido dirigida nas províncias por suas exclusivas autoridades, sem nenhuma ingerência das autoridades centrais. Estas abstenções são um grande mal...” (Almeida, 1989, p. 66)

O Império criava muitas escolas no papel, por leis e decretos, mas o benefício que poderia resultar destas iniciativas e o progresso que deveria ser a sua consequência foram arruinados, desde a origem, pela ausência de instrutores capacitados, sobretudo de instrutores habilitados, tanto para meninos como para meninas. Ao invés de começarem investindo na educação e qualificação dos professores, o que seria o lógico, o Império criava fantasias escolares, permanecendo a exclusão escolar e social à grande maioria dos brasileiros das suas cadeiras escolares.

A esta causa primordial de insucesso, deve-se também contar o afastamento natural das pessoas mais preparadas da função de professor, profissão mal remunerada e que não encontrava na opinião pública a consideração adequada. Como nos dias de hoje, o professor não era apenas o pesquisador/técnico/teórico/burocrático transmissor de conteúdos, mas em certa medida assumia o papel de substituto do pai e da mãe de família, já que muitos alunos ficavam mais tempo na escola que na companhia dos próprios pais.

No seu relatório de 1832, o Ministro da Educação do Império Brasileiro constatava que as escolas de meninas eram pouco frequentadas. Isto não é surpreendente, pois os pais não gostavam que as suas filhas aprendessem a ler e a escrever, sob o argumento de que a instrução de uma mulher devia-se ainda limitar-se aos serviços domésticos e à costura.

Não só as escolas femininas eram pouco frequentadas, como também havia ainda a já dita dificuldade com relação ao número de mulheres em condição de serem professoras, inconveniente semelhante (talvez ainda maior) àquele que assinalamos também para as escolas de meninos. O nível de instrução das mulheres era nulo ou quase nulo, sem contar que os hábitos e costumes sociais quase não permitiam à mulher exercer uma função pública.

“A estatística oficial de 1832 relatava, em todo o império, 162 escolas de meninos e 18 de meninas. Sobre estas 180 escolas, havia ao menos 40 nas quais o lugar de professor estava vago, e deste número, 8 eram escolas de meninas. Havia, deste modo, em todo o Brasil 10 escolas para o sexo feminino.” (Almeida, 1989.p.61.)

4. A Implementação da Escola Normal no Brasil

O período que se situa entre o final do século XVIII, quando surge a idéia de uma Escola Normal pública e laica, durante a Revolução Francesa, e o início do século XIX, quando ocorre então a proliferação desse tipo de instituição em todo o mundo, constitui-se num marco importante de uma longa trajetória educacional durante toda a história dos modernos Estados. Tratava-se, sobretudo, de derrubar o monopólio que a Igreja detinha sobre todo o sistema de educação até então existente. Nesse sentido, foi grande a contribuição do movimento humanista, ao sobrepor a visão antropocêntrica do mundo à visão teocêntrica.

Só com a influência do pensamento iluminista em todo o mundo, é que foi dado o passo definitivo para a organização dos modernos sistemas estatais de ensino, que trouxeram, como necessidade, a formação de professores leigos.

Os pensamentos dessas múltiplas personalidades influenciaram de maneira concreta os Estados nacionais, inclusive suas ideologias educacionais . Um dos autores iluministas que mais influenciou o pensamento da época foi Jean Jacques Rousseau, que, dentre outras coisas, afirmava:

“Desejo, sobretudo transmitir exatamente meu pensamento. Sei, é verdade, que a primeira regra de nossos escritores é a de escrever corretamente e, como dizem eles, falar corretamente. Isso resulta de terem pretensões e de desejarem parecer que possuem correção e elegância. A primeira regra para mim, que não me preocupo de modo algum com o que possam pensar de meu estilo, consiste em fazer-me compreender. Contanto que eu seja mais compreendido pelas pessoas de boa vontade, deixo os puristas correrem atrás das palavras”. (Rousseau, 1973.p.423)

Nesse período de consolidação dos Estados Nacionais, a escola normal passaria a ser vista como uma das instituições capazes de garantir a unidade nacional através da transmissão não só de um conteúdo unificado, mas também de valores culturais e morais que garantiriam essa unidade.

A disputa pelo poder dos grupos hegemônicos nas diversas províncias do Império, atrapalharam a unificação programática da educação, tão solicitada e pedida no Brasil Imperial, já que criavam sérias discrepâncias entre o nível educacional de cada província, resultando disníveis até hoje verificados.

Formar o professor significava, pois, capacitar o indivíduo para a dupla missão: transmitir os bens culturais que garantiriam a unidade das nações e ao mesmo tempo facilitar o controle do Estado sobre seus cidadãos.

Surge a necessidade de formar o professor como um agente capaz de reproduzir o tipo de conhecimento que desejavam difundir, ou seja, um conhecimento que não se destinasse a subverter as condições materiais dessa sociedade, mas que, ao contrário, a conservasse tal como se apresentava.

4.1. A Escola Normal de Niterói

Confirmando o que foi dito anteriormente, tomamos como exemplo a Escola Normal de Niterói, que exigia para a formação dos professores mais as questões morais do que sua formação intelectual.

No artigo quarto do edital para o concurso de professores, exigia-se que o postulante fosse cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração; e saber ler e escrever.

“Art.6- Os que pretenderem matricular-se dirigirão seus requerimentos ao presidente da Província, instruídos com certidão de idade e atestação de boa conduta, passada pelo juiz de paz do seu domicílio: com despacho do mesmo presidente, serão matriculados pelo diretor, se, pelo exame a que deverá proceder, achar que possuam princípios suficientes de leitura e escrita. (Nunes, 1992.p.29.)

Observa-se o peso da exigência de boa morigeração se a compararmos, por exemplo, com a última exigência do artigo, que era saber ler e escrever, sem necessidade de maiores noções gramaticais e nem mesmo de cálculo.

4.2. A criação de Liceus

A criação do Liceu Provincial de Niterói faz parte de um conjunto de medidas que visavam organizar a instrução na Província do Rio de Janeiro, nos anos 30 e 40 do século XIX.

Antes da fundação do Liceu de Niterói , já funcionavam na Província outros dois liceus : Os liceus de Angra dos Reis e o de Campos. O Regulamento de 1 de setembro de 1847, que dá origem ao Liceu de Niterói, tem como objetivo reformar a instrução primária de toda a província e a secundária de sua capital.

Comparando o currículo da Escola Normal com o das escolas primárias, observamos que eles quase não diferiam, a não ser pela parte metodológica, já que os futuros mestres deviam dominar, teórica e praticamente, o método Lancasteriano, demonstrando a ênfase na formação moral e religiosa em detrimento de um ensino mais elucidativo.

O projeto do liceu da capital, diferia bastante do modelo adotado nos liceus provinciais. Enquanto os liceus de Angra e de Campos possuíam um currículo estruturado em torno das matérias básicas do ensino secundário da época – latim, francês, filosofia, retórica, poética, matemática, história e geografia – o Liceu de Niterói é concebido como uma

instituição encarregada de formar tanto professores de instrução primária como engenheiros civis, funcionários públicos e professores secundários.

“ Em 1847 delibera-se reformar toda a instrução pública da Província. Quanto à instrução primária, a idéia era dividir as escolas em dois grupos : as de primeira classe e as de segunda classe. Na verdade, a intenção era difundir o número de escolas sem, contudo, melhorar a qualidade da instrução que ali se desenvolveria. Quanto à instrução secundária na capital, se decide fundir à Escola Normal o Liceu de Artes Mecânicas e a Escola de Arquitetos e Mediadores, compondo o Liceu Provincial”. (Cortez, 1992, p.34)

Apesar desse projeto ter sido incetivado pelo governo central, em 24 de setembro de 1851, pela lei 559, é decretado a extinção do Liceu de Niterói, um bom exemplo de como a disputa pelo poder nas províncias destruíam a possibilidade de uma política regular de educação.

5. A Educação no Segundo Reinado

O governo nomeou em 1847 uma comissão de cidadãos brasileiros escolhidos e deu-lhes a tarefa de visitar não só as escolas públicas, para que conhecessem exatamente as suas estruturas, mas também visitar estabelecimentos particulares. Era a primeira vez que o Estado se intrometia no ensino privado, além, é claro, das autorizações que concedia.

Na realidade a própria sociedade exigia há tempos esta intervenção; pois chegara a tal ponto a situação, que qualquer um podia abrir o curso que melhor lhe aprouvesse, sem informar qualquer autoridade sobre funcionamento e critérios.

Na época, era natural que tanto instrutores como professores infligissem aos seus alunos punições muito violentas e rigorosas, causando em uma parte (pequenina) da população atendida, um certo desconforto por algumas medidas tomadas (cabe destacar que o desconforto não era tão grande assim, visto que a palmatória acompanhava muitos professores até o início do século XX).

Na escola primária, a criança continuava basicamente aprendendo o que achava-se indispensável saber, como ler, escrever e contar. Aprendia também as regras de nossa língua e ortografia. Tinha-se, naquele tempo, como preocupação básica do ensino, ensiná-las a se exprimirem com clareza e precisão.

Um regulamento, publicado em 1 de setembro de 1847, determinava que a instrução primária devia ser reorganizada e dividida em escolas de instrução elementar e escolas de instrução média. O mesmo regulamento criava inspetores de escolas, determinando as condições do estabelecimento das escolas particulares. Estabelecia um Liceu em Niterói, confirmava a organização do Colégio de Artes e Mecânica e concedia aos negros livres o direito de frequentarem as escolas públicas, que na prática pouco ocorria.

Havia a pretensão que a criança, mesmo não tendo uma educação científica completa, por conta da idade, não ignorasse ao menos as principais descobertas das Ciências

Físicas ou das Ciências Naturais. Tornava-se desejável para o país infundir nas pessoas um sentimento de carinho para com a pátria. Enfim, pretendia-se que os alunos não saíssem da escola sem compreender o sentido da palavra dever, e sem conhecer quais obrigações lhes eram impostas como homem e como cidadão, na vida privada quanto pública, para com a família, a humanidade e a pátria.

5.1. As Mudanças Estruturais da Educação

Um regulamento novo, aprovado pelo decreto de 24 de outubro de 1847, trazia modificações à estrutura educacional, não só adaptando-a a uma nova organização, mas também aperfeiçoando o plano e a distribuição dos estudos. Com isso, foi atribuído ao ensino um pretense caráter mais moderno e desenvolvido, oferecendo à clientela a opção de escolha entre internato ou externato.

Os dois modelos educacionais, internato e externato, foram regidos pelos mesmos programas e as cadeiras ocupadas pelos mesmos professores. O ensino tornou-se uniforme e os professores com dedicação exclusiva às escolas. Em compensação, recebiam dois vencimentos, um pelo internato e outro pelo externato.

O sistema educacional ficava, depois da reforma de 1847, subordinado a um Ministro do Império, ao Inspetor Geral(nomeado), ao Conselho Diretor e ao Delegado do Distrito.

O inspetor geral não podia ser nem professor nem dirigente de nenhuma instituição de ensino. Tinha por missão supervisionar, seja pessoalmente, seja pelos seus delegados ou pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos ou particulares. Presidia os exames dos professores e dos instrutores e lhes conferia o diploma segundo seu mérito. Autorizava também a abertura de escolas e de estabelecimentos particulares de instrução. Tinha o direito de rever os livros clássicos, de corrigi-los conforme o seu critério e interesse e até de substituí-los por outros que julgasse mais convenientes.

O inspetor geral ainda era encarregado de coordenar os quadros e as informações que os presidentes das províncias enviavam cada ano ao governo central, e de fazer sobre isto um relatório detalhado dos progressos realizados em cada província, comparando-os com o município da capital, modelo educacional a ser seguido, instituindo, com isso, um sistema nacional de instrução regulamentada.

O inspetor geral também determinava às escolas seus regulamentos internos. Era dele que partia as instruções para os exames dos professores e de seus adjuntos. Tinha ele o direito de propor ao governo o aumento dos salários e gratificações aos instrutores e professores públicos; de indicar as pessoas que podiam ser nomeadas para esses cargos; de propor a criação de escolas primárias e de novas cadeiras no Colégio Pedro II.

O conselho Diretor, posto sob a presidência do inspetor geral, era composto pelo Reitor do Colégio Pedro II, de dois professores públicos e de um professor particular de instrução primária ou secundária e de membros designados pelo governo. Este Conselho era encarregado de examinar os melhores métodos educacionais a serem implementados e revisar os livros escolares. Verificavam também as disciplinas dos estabelecimentos públicos e particulares; a forma e o programa dos exames e também era consultado sobre todos os assuntos que se relacionavam com a instrução primária e secundária.

5.2. O Regulamento da 1854 e seus Aperfeiçoamentos

O regulamento de 17 de fevereiro de 1854 criava professores adjuntos para as escolas públicas, uma espécie de monitores remunerados, escolhidos entre os alunos com mais de doze anos de idade, capazes de seguir os exames anuais, cuja a exigência principal era a demonstração de disposição para o ensino. Os filhos de instrutores e os alunos pobres deviam ser os preferidos à indicação, em iguais condições. Esses adjuntos dos instrutores deviam fazer exames a cada ano durante três anos, para provarem seus progressos. Se os três anos fossem suficientes, os adjuntos recebiam um título de capacitação que os tornava aptos a substituir os instrutores.

O ensino dado nas escolas primárias , naquela época, compreendia: a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, noções de gramática, princípios elementares de aritmética, o sistema de pesos e medidas. Este ensino podia ser acrescido, dependendo da escola, de: leitura explicativa dos Evangelhos e noções de História Sagrada; aplicações práticas de Aritmética; elementos de História e Geografia, principalmente Geografia do Brasil; princípios da Ciências Físicas e História Natural aplicáveis às necessidades da vida; Geografia elementar, Desenho Linear, Música Vocal, Ginástica etc. Os livros e outros objetos necessários ao ensino eram fornecidos pelo Estado, que se encarregava também de fornecer, às crianças indigentes, roupas decentes para que pudessem frequentar a escola.

A seguir, apresentaremos passagem ilustrativa do nosso tema de estudo, através do formidável romance de Raul Pompéia:

“Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, onde começa a ferver o fermento das inclinações; encontrar e encaminhar a natureza da época dos violentos ímpetos; amordaçar excessivos ardores; retemperar o ânimo dos que se dão por vencidos precocemente; espreitar, adivinhar os temperamentos; prevenir a corrupção; desiludir as aparências sedutoras do mal; aproveitar os alvoroços do sangue para os nobres ensinamentos; prevenir a depravação dos inocentes; espiar os sítios obscuros; fiscalizar as amizades; desconfiar das hipocrisias; ser amoroso, ser violento, ser firme; triunfar dos sentimentos de compaixão para ser correto; proceder com segurança, para depois duvidar; punir para pedir perdão depois... Um labor ingrato, titânico, que extenua a alma, que nos deixa acabrunhados ao anoitecer de hoje, para recomeçar com o dia de amanhã... Ah! Meus amigos, concluiu ofegante, não é o espírito que me custa, não é o estudo dos rapazes a minha preocupação... É o caráter! Não é a preguiça o inimigo, é a imoralidade!” (Pompéia, 1997, p.24.)

Além disso, as crianças de rua (já existiam nesta época!), com mais de doze anos, deviam ser recolhidas em asilos especiais e, na falta desses asilos, podiam ser postas sob a autoridade dos curas de paróquias ou curadores, ou mesmo entregues aos instrutores, os quais, padres ou professores, se encarregariam, mediante uma gratificação mensal, de dar as crianças alojamento e moradia.

No ensino privado, tanto o primário como também o secundário, estavam submetidos as regras de autorização e vigilância, dependendo para funcionamento da autorização do inspetor geral.

O regulamento de 17 de fevereiro de 1854 ocupava-se também da instrução secundária. A instrução pública secundária abrangia, no Rio de Janeiro, apenas o Colégio Pedro II. A duração dos cursos era de sete anos. Ensinava-se no colégio: Latim, Grego, Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, incluindo Literatura Portuguesa, História, Geografia, Matemáticas elementares, isto é, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, as Ciências Naturais, a Física, a Química o Desenho, a Música, a Dança e a Ginástica.

Na sequência, apresentaremos um pequeno quadro, retratando a lentidão do governo imperial em impulsionar e consolidar um sólido sistema educacional no Brasil:

“A situação da instrução pública no Rio de Janeiro, no fim de 1856, era a seguinte: existiam 32 escolas públicas primárias, 20 para meninos e doze para meninas. Estas escolas eram frequentadas por 2216 alunos: 1473 alunos e 743 alunas. A população do Rio de Janeiro, na mesma época, podia ser estimada em 250.000 habitantes, o que daria uma proporção de menos de 9 alunos por 1000 habitantes. A Capital possuía, além disso, 83 colégios particulares. Havia 46 escolas para meninos e 37 para meninas. Estes estabelecimentos recebiam 4415 alunos. Em resumo, havia em todo o município uma população

escolar de 6918 crianças: 4640 meninos e 2278 meninas, isto é, menos de 24 alunos por 1000 habitantes. (Almeida, 1989,p.92)

5.3. A Burocracia para se Abrir uma Escola Particular

Como já tivemos oportunidade de verbalizar anteriormente, o sistema educacional brasileiro avançava no âmbito do privado, enquanto pouco evoluía no âmbito público. A seguir, apresentaremos um relação dos custos necessários em valores da época para se abrir uma escola particular no Brasil Imperial:

As pessoas interessadas em abrir uma escola particular deviam pagar:

Para abrir um colégio..... 51\$200 réis

Licença anual.....25\$600 réis

Para abrir ou dirigir uma escola.....25\$600 réis

Licença anual.....12\$800 réis

Para ministrar matérias do ensino secundário 20\$000 réis

Para ministrar matérias do ensino primário.....10\$000 réis

Constatava-se então, que o número de crianças que frequentavam as escolas públicas representava apenas 1% da população.

5.4. Breve Painel das Escolas no Segundo Reinado

Em 1869, havia no Rio de Janeiro 46 escolas públicas e 92 particulares; as primeiras, com 4309 alunos e as segundas com 5002.

As vinte províncias do império possuíam, neste mesmo ano, 2602 escolas públicas que tinham 90116 alunos e 776 escolas privadas que recebiam 16508 alunos. Isto

representava que 115935 crianças frequentavam as escolas primárias ou 1 aluno para 100 habitantes.

Era apenas o Colégio Pedro II que oferecia instrução secundária pública aos cidadãos estabelecidos no Rio de Janeiro, contra 56 estabelecimentos particulares. O Colégio Pedro II contava com 330 alunos, enquanto os outros colégios particulares com 2828.

Em março de 1874, uma escola normal gratuita foi fundada no Rio de Janeiro. O curso desta escola estava dividido em 3 anos e comportava as seguintes matérias: língua Portuguesa, Aritmética, Álgebra até as equações de segundo grau, Geometria aplicada às artes, História do Brasil, Geografia Geral, Filosofia, noções de Química e Física, História Natural, Higiene e Fisiologia, Medicina Doméstica, Direito Público e Constitucional, Noções de Desenho, Música e Pedagogia. A primeira inscrição contou com 104 alunos.

Dependendo das províncias, os estabelecimentos públicos de instrução secundária eram designados por nomes diferentes; assim, nas Províncias do Amazonas, Piauí, Alagoas, Bahia, Maranhão e Espírito Santo, são os Liceus Provinciais; na província do Rio Grande do Sul, Liceu Dom Afonso; no Pará, Colégio Paraense; no Rio Grande do Norte, Ateneu; no Recife (Pernambuco) Ginásio Provincial etc.

As províncias de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, possuíam Escolas Normais frequentadas por alunos de ambos os sexos. Foi criado nestas províncias, escolas primárias anexas às Normais, onde os alunos-mestres, depois de terem estudado a teoria, exercitavam a prática.

A província do Rio de Janeiro, em 1874, já possuía 553 escolas primárias públicas, das quais 337 para meninos e 216 para meninas. Essas escolas eram frequentadas por 16034 alunos. Havia, além disso, 102 escolas particulares, 60 para meninos e 42 para meninas com 2295 alunos, o que elevava para 18329 o número de alunos da província.

Notemos que cada vez mais, o Império Brasileiro expandia a capacidade da educação pública, ocasionando com isto uma migração de parte dos alunos, que saíam das escolas particulares e ingressavam na rede pública de ensino.

Na província de São Paulo, havia também poucos estabelecimentos de instrução secundária. O orçamento provincial mantinha apenas uma, em Taubaté. Havia ali apenas 16 alunos que estudavam Francês e Latim. Havia também 19 escolas particulares para meninos, que recebiam 811 alunos e 5 para meninas, com 51 alunas.

Quanto a instrução primária, a província de São Paulo possuía 554 escolas públicas primárias, das quais 346 para meninos, com 9041 crianças e 208 para meninas com 5233 alunas.

Citamos as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas poderíamos acrescentar que uma outra província menos importante, Sergipe, conseguiu em três anos mais que triplicar o número de alunos de seu principal estabelecimento de instrução secundária. Com efeito, o Ateneu Sergipense teve 99 alunos em 1871, 143 em 1872, 165 em 1873 e 334 em 1874.

Criou-se na Corte o ensino para cegos (1854) e surdos-mudos (1856). Estes incluíam instrução elementar e a iniciação técnica.

Data no final do sec.XIX o aparecimento do ensino feminino em nível secundário, como resultado da iniciativa particular.

“Em termos de iniciativas particulares, instituições protestantes norte-americanas (Escola Americana, 1870, Colégio Piracicabano) e positivistas (Escola Neutralidade, 1884) criaram escolas primárias modelo, tranportando para o Brasil a experiência que nos Estados Unidos haviam desenvolvido, a partir das inovações que recebiam da Europa.

5.5. O regulamento das Escolas Mistas

Parece-nos útil dar aqui as exigências do regulamento das escolas mistas de nível secundário, fundadas pelo imperador Pedro II já no final do século XIX:

Artigo 1 – As escolas instituídas têm o fim especial e único de instruir as crianças de seus fiéis servidores, de educá-las de maneira que se tornem úteis a si mesmas, às suas famílias e à pátria.

Artigo 2 - .O curso de Ciências e Letras compõem-se das seguintes matérias : Instrução Religiosa, Português, Francês, Inglês, Matemáticas elementares, História do Brasil, Geografia, História Geral, noções de Física, noções de Química, Botânica, Zoologia e Mineralogia.

Artigo 3 - O curso de Belas Artes compreende as seguintes matérias: Ginástica, Música, Desenho Geométrico, inclusive as três ordens clássicas: Desenho de enfeites, de flores e animais; Desenho de arquitetura e regras de construção; Pintura (estudos de dissolução, estudo particular das diferentes cores, corrosivos, verniz etc., processos empregados na pintura, tintura, douração etc., de certos produtos, com demonstração prática).

Artigo 5 - Haverá diversas oficinas anexas à escola, começando pelas de carpintaria, mobiliário, torneação de madeira e metais, forjaria serralheira e funileiro.

Artigo 8- O curso de Belas- Artes foi confiado a um mestre de Ginástica, a um de música, a um de Desenho, a um mestre de de trabalho de agulhas, de bordados e flores.

Artigo 9 - Os mestres do curso de Ciências e Letras serão distribuídos como segue :

- 1) Instrução religiosa, dogma, moral, culto e história.
- 2) Português : leitura corrente, recitação de cor de textos clássicos, gramática, exercício, temas, desenvolvimento das regras de fonologia, morfologia, análise lógica e gramatical, ortografia, exercícios de fraseologia, sintaxe etimológica,

exercícios de pontuação e metrificação; exercícios de redação e conhecimento da constituição do império.

3) Francês e Inglês: ensino prático pelo método de Ahn ou Gluber, gramática, tema e leitura.

4) Aritmética : estudo completo, teórico e prático.

5) Álgebra : Geometria e Trigonometria; Álgebra até equações do segundo grau; estudo completo da Geometria elementar, exercícios e problemas.

6) Corografia e História do Brasil : Corografia, limites, partes do mar e da terra, montanhas, bacias, vertentes e curso d'água; etnografia; governo, administração jurídica, militar e religiosa. Estudo de cada província sob os diferentes pontos de vista administrativo, industrial e comercial; cidades principais, com os pormenores de cada uma. História : fatos memoráveis depois da descoberta do Brasil; até o fim da guerra do Paraguai.

7) Desenho Linear, Desenho Geométrico, definições e, feito à mão, o levantamento das figuras geométricas.

8) Geografia Geral e História Geral.

9) Música: música vocal, desenvolvimento da teoria da música vocal, análise musical, exercícios de solfejo progressivos, cantos escolares, cantos religiosos, morais e patrióticos. (Almeida, 1989, p.203)

As aulas começavam nestas escolas dia 10 de janeiro e se encerravam dia 08 de dezembro de cada ano. As oficinas não tinham férias; parando apenas nos dias de feriados.

5.6. O Fim do Império

Enquanto as províncias, em 1874, aplicavam em instrução pública quase 20% de suas receitas, o governo central não gastava, com educação, mais de 1% da renda total do Império. No que dizia respeito à instrução primária e secundária, o governo não dava recursos às províncias nem para ajudá-las a cumprir a obrigação constitucional de oferecer educação básica gratuita à toda a população.

Numa sociedade patriarcal, escravagista como a brasileira do Império, num estado patrimonialista dominado pelas grandes oligarquias do patriciado rural, as classes dirigentes não se sensibilizavam com a universalização da educação básica. Para elas, o mais importante era uma escola superior destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estreita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a “construção da ordem”, a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico.

A organização das escolas normais, iniciada no século XIX, trouxe melhora ao quadro educacional. Pequena, devido à situação de instabilidade de tais cursos, pois apresentavam problemas quanto à programação, pois em sua maioria eram noturnos, por terem poucas aulas práticas, pela não-garantia de profissionalização e pelo mau preparo que recebiam dos professores.

No Brasil da época, não se efetivou a distribuição racional de escolas pelo território nacional, porque a grande seleção social continuava sendo feita em termos de não-escolarizados e escolarizados.

A exclusão, desta maneira, não se fazia paulativamente, de um nível de ensino para outro, mas no início da escolarização, pois a grande maioria não tinha condições de frequentar escolas, diante do regime de vida a que estavam submetidos.

Como o preparo intelectual representava oportunidade de ascensão social, os poucos alunos que conseguiam matricular-se nos colégios, nos liceus, não tinham outro objetivo senão o de ingressar no curso superior.

Um dos acontecimentos mais marcantes no setor educacional público durante o período de 1834 a 1889 foi a criação, no ano de 1837, de uma escola que serviu como modelo durante muitas dezenas de anos, o Colégio Pedro II.

Importante papel assumiu na educação imperial a fundação de escolas protestantes (Metodistas e Presbiteriana), pois pela primeira vez na História do Brasil uma escola reunia

numa sala de aula alunos de ambos os sexos. Essas escolas eram influenciadas e difundiam as idéias pedagógicas americanas.

Grego, francês e inglês foram admitidas como disciplinas oficiais nos currículos no início do século XIX.

Podemos admitir que o estudo das chamadas línguas modernas revolucionou o pensar das elites brasileiras, principalmente através da penetração de idéias novas. Através dessa penetração, iniciou-se um certo desmoronamento da antiga estrutura, acontecendo uma expansão de influências no país (até este momento, as influências estavam fortemente ligadas à cultura Ibérica).

“Esta elite intelectualizada era portadora de uma cultura, mas não criadora de uma nova cultura. Os bacharéis e doutores que iam chegando de Coimbra, Paris, Alemanha, , mais tarde os que foram saindo de Olinda, de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro, a maior parte formada em Direito e Medicina, todos muito sofisticados, trazendo as últimas idéias inglesas e as últimas modas francesas.” (Freire, 1961.p.575.)

CONCLUSÃO

Os portugueses souberam, sem dúvida, instituir e expandir sua cultura por toda a extensão deste gigantesco território brasileiro.

Para que isto tenha se tornado realidade, os portugueses enfrentavam as mais diversas dificuldades imagináveis, a começar pela viagem às novas terras, que duravam mais de quarenta dias em alto-mar, com tripulantes mal alimentados, doentes, sujos (o banho era considerado nocivo à saúde), dormindo ao relento, no convés, pois os porões eram ocupados por suprimentos (tonéis de água, vinho e carne), além dos perigos frequentes enfrentados no mar, como tempestades e lutas contra piratas de outros povos, fazendo com que pelo menos quatro de dez tripulantes não resistissem e morressem antes mesmo de chegar a terra firme.

Em terra firme, o primeiro grande desafio dos portugueses, talvez tenha sido estabelecer contato “amistoso” com os nativos, que praticamente encontravam-se na Idade da Pedra, desconhecendo produtos como facas, machados, espelhos e anzóis.

Esta vantagem cultural dos portugueses foi determinante para as consequências que estariam por vir, pois causavam deslumbramento e dependência nos nativos, que tudo faziam para conseguirem tais produtos, até mesmo se submetiam à realização de inúmeras tarefas e trabalhos requisitados pelos portugueses em troca de tais mercadorias.

Os portugueses ergueram a cruz não só como símbolo da sua fé, mas também para tomar posse do novo território, influenciando e instruindo aqueles povos tribais sobre os novos rituais e valores que estavam sendo instituídos.

Pau-Brasil, prata, ouro e preciosidades raras norteavam as mentes européias, enquanto aos nativos as preocupações, além das materiais (quinquilharias), eram basicamente espirituais.

Instituída e consolidada a hegemonia portuguesa, a disputa pelo poder, ao invés de abrandar, cada vez se acentuava mais, pois a chegada de outros europeus (Franceses e Holandeses) dividia tribos e causava preocupação nas fronteiras da “terra nova”.

Quanto mais apoio os portugueses conseguiam(indígena), mais fortes eles ficavam. Talvez o fator determinante para um maior apoio indígena aos portugueses tenha sido a contribuição jesuíta, que unia os nativos(cheios de fé) ao valoroso rumo do progresso e do único e verdadeiro Senhor de todo o universo.

É incontestável que os jesuítas foram os primeiros educadores brasileiros, solidificando os fundamentos da nossa pirâmide social. Foram também os primeiros a instalar escolas no país, marcando de maneira decisiva sua representatividade à História do Brasil.

Com a expulsão dos jesuítas, Pombal implementa uma nova metodologia educacional, onde nota-se fortemente a aristocratização do ensino no Brasil, deslocando o rumo educacional anterior. A educação, desta maneira, deixava de se guiar pela realidade e necessidades nacionais, como ocorria no tempo dos jesuítas e passa-se a adotar uma realidade exterior, européia, distante e desconhecadora das necessidades brasileiras.

Como consequência, a escola passa a ter como meta formar e consolidar a nova elite brasileira, estando a educação, pública por lei, submetida à influências e aos interesses dos poderosos e mandatários do país.

O Brasil do século XVIII e XIX pode ser definido como a “Terra dos Doutores”, onde os políticos e administradores dominavam e serviam-se do sistema educacional, relegando à maioria da população um papel passivo e, basicamente, braçal.

Toda a educação brasileira, do primeiro ano do então ensino fundamental ao último ano do então ensino médio, estava exclusivamente voltada para a formação de “Doutores”. O povo, a grande maioria da população, era segregado pela própria escola, num processo de peneiração aristocrática, em que só permaneciam nas escolas os ricos, ou seja, a nascente elite brasileira.

Os professores, por sua vez, além de mal remunerados, eram considerados como pessoas pouco capazes, inabilitados à exercerem profissões consideradas de maior importância e notoriedade na sociedade brasileira.

Disputas por riquezas, antropofagia, guerras e conflitos, derramamentos de sangue, opressão, subjugação cultural e comportamental norteiam a curta história brasileira, fazendo com que hoje olhemos o passado criticamente e entendamos as motivações das sucessivas políticas implementadas e desenvolvidas durante toda história brasileira.

Situação escolar nas provincias		RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ E GOIÁS															RECEITA		
		INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR						INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA					
		ESCOLAS				ALUNOS		ESTABELECIMENTOS				ESTUDANTES		MIL RÉIS	FRANCOS				
		MEENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MEENINOS	MENINAS	TOTAL	IRAPAZES	MOÇAS	MISTA	TOTAL	IRAPAZES	MOÇAS	TOTAL				
RIO GRANDE DO SUL																			
Públicas	161	97	103	361	9873	6967	16840										554.500\$	1.386.250	19%
Particulares subvencionadas																			
Particulares					4921	2326	7217												
Noturnas para adultos às expensas da provincia	1			1	151		151												
Asilo	1			1	45		45												
Aprendiz de Marinheiro	1			1	22		22												
Aprediz de Trabalhador	1			1	50		50												
Prisões	1			1	9		9												
Escola Primária da Colônia A.U.	1			1	49		49												
Escola Militar								1			1	131		131					
Escola Normal																			
Escola noturna anexa à Escola normal																			
	168	97	103	368	15120	9293	24413	1			1	131		131					
PARANÁ																			
Públicas				124	2847		4504										89.603\$	224.008	15%
Subvencionadas				61	1096	450	1516												
Particulares				19	389	182	517												
Noturnas para adultos às expensas da provincia	5			5	147	83	230												
Do Regimento	2			2	90		90												
Aprendiz de Marinheiro	1			1	27		27												
Prisões	1			1	31		31												
Escola das colônias militares de Chapecó, Chopina e Jataí	3			3	111		111												
Escolas Municipais				4	115		115												
Escola Normal										1	1	2		2					
Instituto Paraense								1			1	43		43					
	12			220	4253	715	7227	1		1	2	45		45					
GOIÁS																			
Públicas	56	37		83	1569	717	2226										64.600\$	161,5	27%
Particulares subvencionadas	2	2		4	117	21	138												
Particulares	1			1	44		44												
Noturnas para adultos às expensas da provincia	1			1	13		13												
Noturnas para adultos às expensas de particulares	1			1	39		39												
Aprendiz de Marinheiro	1			1	54		54												
Aprediz de Soldado	3			3	107		107												
Nos Regimentos																			
Penitenciárias militares																			
Classes cuidadas por missionários em vilas indígenas	6			6	287		287			1	1	193		193					
Escola Normal																			
	71	39		99	2230	738	2908			1	1	193		193					

Situação escolar nas provincias		MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E SERGIPE															RECEITA
		INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR						INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA			
		ESCOLAS			ALUNOS			ESTABELECIMENTOS			ESTUDANTES			MIL RÉIS	FRANCOS		
		MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS	MISTA	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS	TOTAL		
Aprendiz de Marinheiro								1			1	81		81			
Ateneu Sergipano	1			1	25	25											
Nas prisões	1			1	13	13											
Normal 1º grau		1		1	51	51											
Normal 2º grau								1			1			87			
	62	61	87	210	2116	1681	3857	2			2	81		168			

Situação escolar nas províncias		BAHIA E PERNAMBUCO															RECEITA		
		INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR						INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA					
		ESCOLAS				ALUNOS		ESTABELECIMENTOS				ESTUDANTES		MIL RÉIS	FRANCOS				
		MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS	MISTA	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS	TOTAL				
BAHIA																			
Públicas	368	238	37	643	13288	7734	21002										589,9875	1,474,999	21%
Particulares subvencionadas	1			1	37		37												
Particulares subvencionadas	15	11		26	502	561	1063												
Norturna para adultos às expensas da província	1			1	29		29												
Asilos	1	2	1	4	214	329	643												
Do regimento	3			3	187		187												
Aprendiz de Marinheiro	1			1	130		130												
Aprendiz de Soldado	1			1	65		65												
Arsenal da Marinha	1			1	179		179												
Prisões	1			1	119		119												
Escola Normal																			
Liceu Provincial																			
Faculdade de Medicina																			
Seminário de Ciências Eclesiásticas																			
Seminários de Estudos Preparatórios																			
Instituto Imperial de Agricultura																			
Liceu de Artes e Ofícios																			
Sociedade Protetora da Criança																			
PERNAMBUCO		393	251	38	682	14730	8624	23454											
Públicas	234	198	5	488	9441	7785	17226												
Particulares subvencionadas	2	10		12															
Particulares	123	71		194	1104	321	1425												
Norturna para adultos às expensas da província	44	4		48	811		811												
Norturna para adultos às expensas de particulares	1	1	2	4															
Asilo (Colônia Isabel e Asilo de Mendicância)	2			2	231		231												
Regimento	3			3	172		172												
Aprendiz de Marinheiro	1			1	124		124												
Aprendiz Militar	2			2	61		61												
Prisões	1			1	35		35												
Colégio de "Bom Conselhos"	1			1	116		116												
Ginásio Pernambucano																			
Escola Normal Oficial								1			1	313		313					
Escola Normal Particular										1									
Seminário Menor										1									63
Faculdade de Direito em Recife								1			1	157		157					
Classes preparatórias anexas à Fac. de Direito								1			1	858		858					
								1			1	1423		1423					
	414	284	7	756	12095	8106	20201	4		2	6	2751		2714					

Situação escolar nas provincias		SÃO PAULO E SANTA CATARINA															RECEITA		
		INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR						INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA					
		ESCOLAS				ALUNOS			ESTABELECIMENTOS				ESTUDANTES			MIL RÉIS		FRANCOS	
		MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS	MISTA	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS	TOTAL				
SÃO PAULO																			
Públicas	638	372	11	1021	11801	7742	19546										977.835\$	2.444,588	19%
Pensionatos e Colégios	43	11	3	59	802	106	908												
Fábricas e est. Industriais																			
Escola para adultos de Itapura e Avabhadava	11	2		13	301	40	341												
Asilo	2			2	67		67												
Aprendiz de Marinheiro																			
Prisões	4			4	19		19												
Seminário da Glória para jovens		1		1	120		120												
Colégio N.Sra. Do Carmo em Guaratinguetá		1		1		220	220												
Instituto Ana Rosa para crianças abandonadas	1			1	98		98												
Liceu de Artes e Ofício do Sagrado Coração	1			1	449		449												
Liceu de Artes e Ofícios																			
Instituto Taubateano de agricultura, artes e ofícios								1			1	738		738					
Colégio São Miguel								1			1	53		53					
Colégio Perseverança em Guaratinguetá								1			1	40		40					
Faculdade de Direito											1	73		73					
Escola Normal														423					
Classes preparatórias anexas a Fac. Direito																			
Escola Normal																			
Classes preparatórias e primárias anexas a Esc. Normal			1	1	172	135	307												
Seminário Episcopal da Capital										1	1	61	75	136					
	702	387	15	1104	13832	8243	22075	1			1	254		254					
SANTA CATARINA																			
Públicas	41	35	43	119			5794										196.300\$	490,705	40%
Particulares subvencionadas				12			692												
Pensionistas e colégios particulares	31	7		38	625	292	917												
Escolas noturnas para adultos às expensas da província	1			1	31		31												
Escolas noturnas para adultos às expensas de particulares	3	1		4	51	23	54												
Aprendiz de Marinheiro	1			1	42		42												
Instituto Literário e Normal								1			1	38		38					
Liceu de Artes e Ofícios										1	1	49	17	66					
	77	43	43	175	749	315	7530	1		1	2	80	17	104					

MARNHÃO, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E MATO GROSSO																		
Situação escolar nas províncias	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR						INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA		RECEITA			
	ESCOLAS				ALUNOS		ESTABELECIMENTOS				ESTUDANTES		MIL RÉIS	FRANCOS				
	MENINOS	MENINAS	MISTA	TOTAL	MENINOS	MENINAS	RAPAZES	MOÇAS	MISTA	TOTAL	RAPAZES	MOÇAS				TOTAL		
MARANHÃO																		
Públicas	90	59		149	4.002	1.896	5.898											
Particulares subvencionadas	3			3	65		68											
Particulares	6	3		9	261	76	337											
Noturnas	5			5	162		162											
Escola das Colônias Amélias e Petrópolis	2	1		3	30	30	60											
Escola São Pedro da Alcântara em Gurupi	1			1	20		20											
Do Regimento Militar	1			1	54		54											
Aprendiz de Marinheiro	1			1	59		59											
Liceu Maranhense								1			1	159		159				
Colégios Particulares								6	11		17	571	702	1.273				
Seminário Menor								1			1	117		117				
Ensino Profissional								1			1	96		96				
	105	63		172	4.656	2.002	6.655	9	11		20	943	702	1.645				
CEARÁ																		
Públicas	97	86	22	205	4.622	3.901	8.523											
Particulares	30	1		31	765	105	870											
Do Regimento	1			1	104		104											
Noturnas	1			1	59		59											
Aprendiz de Marinheiro	1			1	131		131											
Arsenal de Guerra	1			1	123		123											
Prisão	1			1	133		133											
Liceu Provincial								1			1	108		108				
Cursos Isolados								4			4	73		73				
Colégios Particulares									1		1		171	171				
Cursos Particulares								2	2		4	280	22	302				
Escola Normal										1	1		23	23				
Seminário Menor								1			1	103		103				
	132	87	22	241	5.937	4.006	9.943	8	3	1	12	564	216	780				
RIO GRANDE DO NORTE																		
Públicas	88	60	4	152	3.175	1.905	5.080											
Particulares subvencionadas	5			5	76		76											
Noturnas				2	287		287											
Aprendiz de Marinheiro																		
Liceu Provincial								1			1	60		60				
Ateneu Rio Grandense								1			1	155		155				
Cursos Públicos								3			3	85		85				
Colégio São Francisco de Sales								1			1	51		51				
Colégios Particulares								4		2	6	182		182				
	95	60	4	159	3.538	1.905	4.947	10		2	12	483		483				
															191.113	487.782		24%
															234.353	585.883		22%
															135.460	338.650		28%

Referências Bibliográficas

- Almeida, José Ricardo Pires. História da Instrução Pública no Brasil, 1500 à 1889. São Paulo: Inep/Mec, 1989.
- Fávero, Osmar. A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- Fernandes, Florestan. A Etnologia e a Sociologia no Brasil. São Paulo: Ed. Anhembi, 1958.
- Freyre, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1961.
- Nunes, Clara. O Passado sempre presente. São Paulo: Cortez, 1992.
- Ribeiro, Maria. Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- Souza, Laura de Mello. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Tobias, José Antonio. História da Educação Brasileira. São Paulo: Ibrasa, 1986.
- Cultural, Larousse: Grande Enciclopédia. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- Rebello, Marques. Antologia Escolar Brasileira. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1967.
- Rousseau, Jean-Jacques. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- Pompéia, Raul. O Ateneu. São Paulo: Klick, 1997.